

REVOGADO



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO N. 9, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009.

Dispõe sobre a cessão de servidores para o Superior Tribunal de Justiça.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe é conferida pelo Regimento Interno, art. 21, XX, e considerando o disposto nos arts. 20, § 3.º, e 93 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, este último com a redação dada pelo art. 22 da Lei n. 8.270, de 17 de dezembro de 1991, e o acréscimo previsto no art. 1.º da Lei n. 9.527, de 10 de dezembro de 1997, bem como o que consta na Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, no Decreto n. 4.050, de 12 de dezembro de 2001, e tendo em vista o decidido pelo Conselho de Administração em sessão de 4 de novembro de 2009, e no Processo Administrativo STJ n. 3300/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - A cessão de servidor, ocupante de cargo de provimento efetivo ou titular de emprego público em órgão ou entidade da União, Estado, Distrito Federal ou Município, incluindo empresas públicas e sociedades de economia mista, para o Superior Tribunal de Justiça, processar-se-á sem quaisquer ônus para o Tribunal.

Art. 2º - Será condição da cessão que o servidor, quando ocupante de cargo de provimento efetivo, tenha cumprido no órgão de origem o estágio probatório.

Art. 3º - A unidade de gestão de pessoas deve comunicar ao órgão ou entidade cedente qualquer ocorrência verificada na vida funcional do servidor cedido para registro em seus assentamentos funcionais.

Art. 4º - A Administração pode, a qualquer tempo, mediante justificativa da unidade de gestão de pessoas, reavaliar os processos de cessão.

Art. 5º - Até o prazo máximo de dois anos, ficarão sem efeito as cessões em curso que não se adaptarem a esta Resolução.

Art. 6º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Administração.

Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando a [Portaria nº 2, de 8 de janeiro de 2007](#).

Ministro CESAR ASFOR ROCHA